



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 031/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO n.º 060/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 017/2017

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08, com sede na à Avenida Interventor Manoel Ribas, 06, neste ato legalmente representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Carlos Cesar de Carvalho, brasileiro, casado, R.G. nº 5.225.422-1, CPF nº 723.651.709-78, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) licitadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Estadual n. 15.608/07, Lei n. 10.520/02 e Lei n. 8.666/93, e respectivas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto–

1.1. O Objeto da presente Ata é o Registro de Preços de Medicamentos Simples e Psicotrópicos e Material Hospitalar, em atendimento a Farmácia Municipal *José Wilhe di Sério*, Centro de Saúde Municipal *Marcelo Zapateiro* e *Programa Saúde da Família (PSF)*, conforme especificações e detalhamentos consignados no Pregão Presencial - SRP nº 031/2017, bem como a classificação obtida no certame, formulamos e homologamos a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: Dos Fornecedores e dos Preços Registrados

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, as empresas classificadas, e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

2.1.1. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em primeiro lugar:

a) Primeiro colocado:

A empresa Pontamed Farmacêutica Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.816.696/0001-54 IE: 901.80579-29, sito à Rua: Franco Grilo, nº 374, Fundos, CEP: 84.045-320, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, sendo Joice Bertoldo, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.235.167-1 SESP/PR e do CPF nº 041.890.239-90, residente e domiciliado na Av. Prefeito Mário de Menezes, nº 1310, na cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, doravante denominada **DETENTORA**, obriga-se a fornecer ao Município de Itambaracá - Pr, de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**, os itens a seguir:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
4	Acido Acetil Salicilico Infantil 100 mg cpr	IMEC	30.000,00	R\$ 0,019	R\$ 570,000
6	Acido Fólico 5 mg cpr	NATULAB	2.000,00	R\$ 0,039	R\$ 78,000
7	Água destilada de 10 ml ampola	SAMTEC	5.000,00	R\$ 0,115	R\$ 575,000
8	Albendazol 400 mg, cpr	GEOLAB	1.000,00	R\$ 0,329	R\$ 329,000



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

9	Albendazol 40mg/ml frasco com 10 ml Suspensão	PRATI DONADUZZI	1.200,00	R\$ 0,976	R\$ 1.171,200
12	Cloridrato de Ambroxol adulto 30 mg/ml frasco com 120 ml xarope	FARMACE	1.500,00	R\$ 1,430	R\$ 2.145,000
14	Aminofilina 0,24g, 10 ml ampola	HIPOLABOR	800,00	R\$ 0,603	R\$ 482,400
15	Aminofilina 100 mg, cpr	HIPOLABOR	20.000,00	R\$ 0,055	R\$ 1.100,000
17	Amoxicilina 250 mg/ml, pó para suspensão oral, frasco com 150 ml, com dosador graduado	PRATI DONADUZZI	1.000,00	R\$ 5,591	R\$ 5.591,000
18	Amoxicilina 500 mg cpr	TEUTO	15.000,00	R\$ 0,140	R\$ 2.100,000
21	Ampicilina 500 mg cpr	PRATI DONADUZZI	500,00	R\$ 0,168	R\$ 84,000
23	Atenolol 50mg cpr	PRATI DONADUZZI	10.000,00	R\$ 0,032	R\$ 320,000
25	Azitromicina 40 mg/ml 600mg suspensão oral, com diluente e seringa dosadora	PRATI DONADUZZI	700,00	R\$ 3,837	R\$ 2.685,900
26	Azitromicina 500 mg cpr	GEOLAB	2.500,00	R\$ 0,399	R\$ 997,500
31	Besilato de Anlodipino 5mg cpr	TEUTO	30.000,00	R\$ 0,021	R\$ 630,000
36	Bromoprida 4mg/ml - solução oral/gotas - frasco c/ 20 ml pediátrico	PRATI DONADUZZI	200,00	R\$ 0,842	R\$ 168,400
45	Cefalotina sódica 1g ampolas	BLAUSIEGEL	1.200,00	R\$ 1,175	R\$ 1.410,000
48	Cetoconazol 200 mg cpr	PRATI DONADUZZI	6.000,00	R\$ 0,125	R\$ 750,000
51	Cilostazol 100 mg cpr	BILAB-SANUS	6.000,00	R\$ 0,438	R\$ 2.628,000
52	Cimetidina 200mg cpr	PRATI DONADUZZI	2.500,00	R\$ 0,121	R\$ 302,500
53	Ranitidina 25mg/mL - 2 ml injetável amp - IM/EV	TEUTO	2.000,00	R\$ 0,304	R\$ 608,000
58	Cloreto de potássio frasco com 100 ml xarope	PRATI DONADUZZI	150,00	R\$ 1,864	R\$ 279,600
63	Complexo B Injetável 2 ml ampolas	HYPOFARMA	4.000,00	R\$ 0,701	R\$ 2.804,000
66	Dexametasona (fosfato dissódico) 4 mg/ml, solução injetável	HYPOFARMA	1.000,00	R\$ 0,540	R\$ 540,000
67	Dexametasona 4 mg cpr	TEUTO	1.200,00	R\$ 0,142	R\$ 170,400
68	Dexametasona 0,5 mg/5ml frasco com 100 ml elixir	SOBRAL	600,00	R\$ 1,190	R\$ 714,000
69	Dexametasona 2 mg/ml 1 ml injetável ampolas	FARMACE	2.500,00	R\$ 0,394	R\$ 985,000



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

70	Dexametasona creme 0,1%, bisnaga com 10 g	PRATI DONADUZZI	1.000,00	R\$ 0,700	R\$ 700,000
71	Maleato de Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado	HIPOLABOR	1.500,00	R\$ 0,877	R\$ 1.315,500
72	Diclofenaco 75 mg/3 ml ampola	FARMACE	3.000,00	R\$ 0,413	R\$ 1.239,000
73	Diclofenaco potássico 50 mg cpr	GEOLAB	5.000,00	R\$ 0,050	R\$ 250,000
76	Digoxina 0,25mg cpr	TEUTO	8.000,00	R\$ 0,039	R\$ 312,000
81	Dipirona 500mg cpr	PRATI DONADUZZI	30.000,00	R\$ 0,066	R\$ 1.980,000
83	Dipirona 500mg/ml 2 ml injetável ampolas	TEUTO	3.000,00	R\$ 0,329	R\$ 987,000
89	Eritromicina 250mg/5ml frasco com 60 ml suspensão	PRATI DONADUZZI	100,00	R\$ 4,275	R\$ 427,500
91	Espironolactona 100 mg cpr	HIPOLABOR	800,00	R\$ 0,351	R\$ 280,800
102	Furosemida 20mg/2ml ampolas	TEUTO	250,00	R\$ 0,274	R\$ 68,500
103	Furosemida 40 mg cpr	GEOLAB	4.000,00	R\$ 0,028	R\$ 112,000
107	Gentamicina 80mg/ 2ml injetável ampola	HIPOLABOR	800,00	R\$ 0,658	R\$ 526,400
111	Glicose Hipertônica 25% 10 ml ampolas	SAMTEC	1.000,00	R\$ 0,180	R\$ 180,000
112	Hidroclorotiazida 25mg cpr	TEUTO	15.000,00	R\$ 0,014	R\$ 210,000
114	Hidrocortisona 100mg/ml ampolas	TEUTO	800,00	R\$ 1,973	R\$ 1.578,400
119	Hioscina composta (Brometo de N- butilescopolamina+Dipirona sódica) Injetável 5 ml Ampolas	FARMACE	1.500,00	R\$ 1,184	R\$ 1.776,000
121	Ibuprofeno 50mg/ml frasco com 30 ml gotas	NATULAB	1.500,00	R\$ 0,990	R\$ 1.485,000
122	Ibuprofeno 600 mg cpr	PRATI DONADUZZI	20.000,00	R\$ 0,082	R\$ 1.640,000
134	Loratadina 1 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml	MARIOL	600,00	R\$ 1,852	R\$ 1.111,200
136	Losartana 100 mg, cpr revestido, cpr	PRATI DONADUZZI	4.000,00	R\$ 0,220	R\$ 880,000
139	Maleato de Dexclorfeniramina 2mg cpr	GEOLAB	20.000,00	R\$ 0,057	R\$ 1.140,000
140	Mebendazol 100 mg cpr	SOBRAL	1.000,00	R\$ 0,041	R\$ 41,000
141	Mebendazol 20mg/ml frasco com 30 ml suspensão	SOBRAL	300,00	R\$ 0,960	R\$ 288,000



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

142	Metformina 500mg cpr	TEUTO	11.000,00	R\$ 0,065	R\$ 715,000
145	Metoclopramida 10mg cpr	BELFAR	2.500,00	R\$ 0,079	R\$ 197,500
146	Metoclopramida injetável 5mg/ml 2ml Ampolas	TEUTO	1.500,00	R\$ 0,250	R\$ 375,000
149	Metronidazol 100 mg/g geleia vaginal, tubo com 10 aplicadores descartáveis	PRATI DONADUZZI	600,00	R\$ 3,508	R\$ 2.104,800
150	Metronidazol 250 mg cpr	PRATI DONADUZZI	8.000,00	R\$ 0,104	R\$ 832,000
151	Metronidazol 40mg/ml - suspensão	FARMACE	300,00	R\$ 1,942	R\$ 582,600
152	Miconazol (nitrato) 20 mg/g creme vaginal, tubo com 80 g, com 14 aplicadores vaginais	PRATI DONADUZZI	300,00	R\$ 4,396	R\$ 1.318,800
162	Noretisterona 0,35mg cpr	BIOLAB-SANUS	390,00	R\$ 0,178	R\$ 69,420
163	Óleo mineral 100% puro, frasco com 100 ml	MARIOL	500,00	R\$ 1,852	R\$ 926,000
169	Paracetamol 500 mg cpr	PRATI DONADUZZI	30.000,00	R\$ 0,032	R\$ 960,000
178	Prometazina 50 mg/2 ml injetável ampolas	SANVAL	500,00	R\$ 1,627	R\$ 813,500
182	Saccharomyces Boulardii 100 mg Frasco c/ 12 cáps	CIFARMA	300,00	R\$ 5,783	R\$ 1.734,900
193	Sulfadiazina de prata 1%, 10 mg/g, Hidofilica creme 30 gramas.	PRATI DONADUZZI	1.000,00	R\$ 2,850	R\$ 2.850,000
194	Sulfametoxazol + trimetoprima 40+ 8 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, com dosador graduado	SOBRAL	600,00	R\$ 1,513	R\$ 907,800
203	Vitamina C 0,5 g, 100mg/ml, ampola de 5ml	FARMACE	800,00	R\$ 0,438	R\$ 350,400
206	Tetraciclina 500mg	PRATI DONADUZZI	200,00	R\$ 0,139	R\$ 27,800
2	Ácido Valpróico(Valproato de Sódio) 500 mg cpr	BIOLAB-SANUS	15.000,00	R\$ 0,544	R\$ 8.160,000
11	Clonazepan 2 mg cpr	GEOLAB	20.000,00	R\$ 0,041	R\$ 820,000
13	Cloridrato de Amitriptilina 25 mg cpr	TEUTO	2.500,00	R\$ 0,033	R\$ 82,500
16	Cloridrato de Clorpromazina 25mg/5ml - ampola	HYPOFARMA	100,00	R\$ 0,976	R\$ 97,600
20	Cloridrato de paroxetina 20mg cpr	AUROBINDO	8.000,00	R\$ 0,179	R\$ 1.432,000
21	Cloridrato de sertralina 50 mg cx cpr	GEOLAB	20.000,00	R\$ 0,087	R\$ 1.740,000



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

22	Decanoato de haloperidol 70,52 mg(equivalente a 50 mg de haloperidol) - ampola	CRISTALIA	120,00	R\$ 6,800	R\$ 816,000
24	Diazepan 10 mg/2ml ampolas	SANTISA	700,00	R\$ 0,560	R\$ 392,000
25	Diazepan 5 mg cpr, cx cpr	SANTISA	15.000,00	R\$ 0,036	R\$ 540,000
42	Valproato de Sódio 57,624 mg/ml (eq a 50 mg/ml de ácido valpróico), solução oral, frasco com 100 ml, c/ dosador	PRATI DONADUZZI	500,00	R\$ 2,696	R\$ 1.348,000
9	Lâmina de bisturi nº 15, descartável, em aço inoxidável ou aço carbono, formato anatômico, ajuste firme da lâmina, estéril, embalagem individual. Caixa com 100 unidades	SOLIDOR	5,00	R\$ 18,000	R\$ 90,000
11	Papel grau cirúrgico, para utilização em autoclave ou ETO, com face em papel grau cirúrgico e outra face em trilaminado, com indicador químico com mudança de cor após processo de esterilização. Tamanho 100mm x 100m	DUOTEC	60,00	R\$ 36,500	R\$ 2.190,000
14	Scalp (dispositivo para punção venosa periférica) calibre 27, composto de cânula de aço inoxidável, parede fina, siliconizada, bisel biangulado e trifacetado, com protetor firme, asa lisa, flexível, tubo transparente, flexível, com conector luer lock universal, com protetor enroscado. estéril, atóxico, apirogênico, em embalagem individual de papel grau cirúrgico e/ou com filme termoplástico, com abertura em pétala, constando externamente dados de identificação e procedência, data e tipo de esterilização.	LAMEDIC	15,00	R\$ 0,141	R\$ 2,119



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

5	Dexametasona creme 0,1%, bisnaga com 10 g	PRATI DONADUZZI	2.000,00	R\$ 0,710	R\$ 1.420,000
7	Fibrinolisina + desoxirribonuclease + cloranfenicol 10gr	CRISTALIA	700,00	R\$ 19,117	R\$ 13.381,900
9	Nistatina + Oxido de zinco pomada, tubo de 60 gramas	PRATI DONADUZZI	1.500,00	R\$ 5,250	R\$ 7.875,000

CLÁUSULA TERCEIRA: Valor Contratual

3.1. Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ **103.899,84** (cento e três mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) pelo total da contratação, referentes ao objeto descrito no subitem 2.1. do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Da Vigência

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tendo início e vencimento em dia de expediente, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, segundo os termos do art. 110, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: Das Condições e Local Fornecimento do Objeto da Licitação.

5.1. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá entregar o objeto contratado e requerido no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento, devendo estes serem entregues em dias úteis das 07h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min diretamente no Centro de Saúde Municipal, sita às Rua Antônio Dias, nº 275, no Município de Itambaracá

5.2. Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal da Ata de Registro de Preços iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao fornecedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo Município de Itambaracá.

5.3. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

b) **definitivamente**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de entrega dos produtos, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.

5.3.1. Os produtos recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município de Itambaracá/Pr;

5.3.1.1. A licitante vencedora ficará obrigada a substituir o medicamento recusado pelo Município, observando que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

5.3.2. se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação;



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

5.3.2.1. na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

5.3.3. Se a entrega e/ou a substituição e/ou complementação do objeto não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e na ata de registro de preços;

5.4. Os produtos deverão apresentar na ocasião da entrega, no mínimo, 80% da sua validade ou ainda validade de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega pelo fornecedor na unidade contratante. Casos excepcionais serão analisados pontualmente, quando necessário.

5.5. Havendo a impossibilidade de cumprimento do prazo de validade estipulado neste item, a CONTRATADA deverá consultar expressamente a Secretaria requisitante, através do Gestor do Contrato, sobre a aceitabilidade ou não do produto com prazo de validade inferior.

5.5.1. O Gestor do Contrato informará à CONTRATADA sobre a decisão da Secretaria requisitante.

5.5.2. Caso haja a aceitação pela Secretaria requisitante, os produtos com validade inferior ao estipulado no subitem **5.4.** poderão ser entregues e recebidos, desde que, acompanhados, obrigatoriamente, de Carta de Garantia de Troca.

5.6. Todos os produtos devem estar acondicionados de acordo com a legislação vigente.

5.6.1. Em cada frasco, ampola, blister, envelope, deverá constar o nº do Lote e validade do produto; Em caso de líquidos o volume deve ser especificado na embalagem;

5.6.2. Em caso de medicamento em que o diluente é separado, no frasco do diluente deverá constar o lote e a validade;

5.6.3. Os medicamentos acondicionados em frascos deverão conter lacre na tampa. Não serão aceitos medicamentos com indícios de vazamento. Poderão ser aceitos frascos sem lacre na tampa, desde que cada frasco seja entregue em embalagem secundária individual, a qual contenha lacre, garantindo, assim, a inviolabilidade do medicamento.

5.6.4. Nas embalagens dos medicamentos genéricos deverá estar escrito “medicamento genérico Lei Federal nº 9.787/99”.

5.6.5. As embalagens de medicamentos pertencentes à Portaria nº 344/98 deverão obedecer às normas específicas da legislação vigente.

5.6.6. Os rótulos dos medicamentos deverão conter informações de acordo com o preconizado na Resolução-RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009; e Resolução RDC nº 199, de 20 de outubro de 2006.

5.6.7. Deverão ser observadas as seguintes determinações sobre os medicamentos, conforme a legislação vigente (Lei Federal nº 6.360, de 23/09/1976, Portaria nº 2.814, de 29/05/1998, Lei Federal nº 9.787, de 10/02/1999 e Resolução RDC nº 92, de 23/10/2000 da ANVISA):

a) embalagem primária: os medicamentos deverão ser entregues contendo, em suas unidades de acondicionamento primárias, o número do lote, a data de fabricação, o prazo



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

de validade, a denominação genérica, (se for o caso) e a concentração.

b) embalagem secundária: todos os medicamentos, nacionais ou importados, deverão ser ofertados, apresentados e entregues contendo rótulos e bulas com todas as informações, ou seja, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, nome do responsável técnico e o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia, número

de registro no Ministério da Saúde ou órgão equivalente, nome genérico e concentração, de acordo com a Legislação Sanitária e em língua portuguesa.

c) os medicamentos deverão conter bulas (em quantidade suficiente para distribuição aos usuários dos medicamentos), rótulo e embalagem com informações, em língua portuguesa, inclusive para medicamentos importados.

d) nas embalagens primárias **e/ou** secundárias deverá vir impressa ou etiquetada a inscrição “**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**” ou expressão similar (venda proibida, proibido ao comércio, proibida a venda). Não serão aceitos medicamentos cuja mencionada expressão esteja carimbada de forma que o manuseio permita adulteração ou que fique borrada.

5.6.8. A substituição da MARCA do medicamento ofertado somente será aceita se atendida as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser solicitado na Secretaria de Saúde do Município, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar a marca previamente aceita;

b) a nova marca deverá possuir no mínimo a mesma composição e concentração com qualidade igual ou superior a marca cotada inicialmente e atender a todas as exigências do edital;

c) O preço ofertado não será alterado nas substituições da marca do medicamento ofertado;

d) No caso do produto apresentar alterações em sua composição, aspecto, ou mesmo havendo denúncias proveniente de usuários, a empresa será contatada e deverá providenciar análise do produto em Laboratório. No caso de discordância, a Secretaria Municipal de Saúde se reserva o direito de realizar a análise sendo que o ônus da mesma será de inteira responsabilidade do fornecedor.

5.7. O objeto deste edital deverá (ão) ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal (is) distintas, ou seja, de acordo com a Ordem de Fornecimento, constando o número da mesma, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

5.7.1. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento.

5.8. O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA: Dos Recursos Orçamentários

6.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação, para os quais se emitirá empenho, correrá à conta dos recursos das dotações orçamentárias: 10.002.10.301.0013.2038-33.90.30.00.00, fonte 01303, nº



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

10.002.10.301.0013.2046-33.90.30.00.00, fonte 01496, 10.002.10.301.0013.2083-33.90.30.00.00, fonte 01000 e nº 10.002.10.301.0013.6008-33.90.30.00.00, fonte 01303, para a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA: Condições de Pagamento

7.1. Pelo fiel e perfeito fornecimento objeto desta licitação, o Município de Itambaracá, mediante apresentação da nota fiscal, exigível em conformidade com a legislação fiscal, pagará por meio de depósito na conta corrente da licitante, o valor correspondente dos produtos efetivamente entregues e atestados, sem custos de frete e/ou outros adicionais.

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

7.1.2. A nota fiscal apresentada deverá estar preenchida sem rasuras, dando conta do cumprimento de todas as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços.

7.1.3. A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento (de acordo com os dados apresentados na Proposta de Preços);

7.1.4. A nota fiscal deverá conter no verso atestados firmados pelo servidor encarregado de fiscalizar o recebimento, comprovando a entrega dos produtos do objeto contratado;

7.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.3. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal, acompanhada das seguintes certidões:

- a) Prova de regularidade com a **Fazenda Nacional**, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- b) Prova de regularidade perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a ser requerida via internet pelo site: www.tst.jus.br.

7.4. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, tal documento será devolvido à licitante e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas; nesta hipótese o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para o Município de Itambaracá.



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

7.5. Para os casos de rejeição dos produtos entregues, será prorrogado automaticamente o atestado de recebimento proporcionalmente ao prazo de substituição dos produtos, o que, consequentemente, provocará a prorrogação do pagamento da respectiva nota fiscal/fatura, sem qualquer ônus adicional para o Município.

7.6. A simples existência da relação contratual sem a contraprestação da entrega dos produtos licitados não enseja nenhum pagamento à licitante.

CLÁUSULA OITAVA: Do Reajuste de Preços

8.1. Para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, após o terceiro mês de vigência da Ata de Registro de Preços na forma da alínea “d” do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deverá ser feita acompanhada de demonstração analítica da variação dos componentes do custo do contrato, devidamente justificada tais como notas fiscais de aquisição, serviços e outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro; sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos, sempre mediante requerimento fundamentado e após autorização expressa do Município de Itambaracá, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

8.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório, comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município, o proponente registrado será por ela convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

CLÁUSULA NONA: Da Revisão, Do Cancelamento dos Preços Registrados e Do Cancelamento do Registro de Preços

9.1. Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93.

9.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.3. Os preços praticados na execução da Ata de Registro de Preços terão como referência os preços praticados pelo mercado, não podendo ser superiores aos comercializados e nem incompatíveis com o de mercado.

9.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor do bem visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;
- b) Liberar o fornecedor do bem do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos já firmados;



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

c) Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

9.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, publicando ATA COMPLEMENTAR da decisão.

9.6. O detentor do Registro de Preços fica obrigado a informar a Secretaria Municipal de Saúde de Itamaracá, caso os produtos registrados sofram diminuições de preços, para que o Registro seja atualizado.

9.7. O registro de preços poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do licitante beneficiário da Ata de Registro de Preços, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

9.8. Conforme Artigo 20 do Decreto nº 7.892/13, o fornecedor do bem terá seu preço registrado cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção previstas no artigo inciso III e IV do caput do Artigo 87, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 ou no Artigo 7º da lei nº 10.520 de 2002;

9.9. Conforme Artigo 21 do Decreto Federal nº 7.892/13, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

9.10. O cancelamento do preço registrado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da autoridade competente do Órgão Gerenciador e publicado no Jornal Oficial do Município e por meios eletrônicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Penalidades para o Caso de Inadimplemento Contratual

10.1. Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos; ou;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a beneficiária ressarcir a



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.2. Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

10.2.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;

10.2.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.3. .Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

10.3.1. No caso de atraso injustificado na execução do objeto contratado, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

10.3.1.1. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

10.3.2. No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parte inadimplida**;

13.3.2.1. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parte inadimplida**;

10.3.3. No caso de inexecução total do objeto contratado, a multa aplicada será de 30% (vinte por cento) **sobre o valor total do pedido**.

10.3.4. Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;

10.3.3.1. Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.

10.3.4.1. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor total do **pedido**.

10.3.6. O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.

13.3.6.1. Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

10.3.6.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Itambaracá, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

10.4. Com fundamento nos artigos 150, inciso III, e 154, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Artigo 87, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93, ficará **impedida de licitar e contratar** com o Município de Itambaracá, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, o fornecedor que:

- a) Se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- b) Abandonar a execução do objeto contratado;
- c) Incorrer em inexecução do objeto contratado.

10.5. Será aplicada sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do que previsto nos artigos 150, inciso IV, e 156, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

10.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Das Responsabilidades das Partes

11.1. Constituem obrigações do **DA CONTRATADA**:

11.1.1. Entregar de forma sistemática e periódica, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste edital, pelo preço contratado os produtos objeto deste edital, segundo as necessidades e requisições da Secretaria Requisitante;

11.1.2. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria Requisitante;

11.1.3. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado;

11.1.4. Entregar o produto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do produto, reservando à Secretaria Requisitante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

11.1.6. Os materiais deverão ser entregues embalados, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte e descarga no local da entrega e deverá observar normas de conservação e empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante.

11.1.7. Os materiais deverão ser em embalagens apropriadas e lacradas que garantam a sua validade na temperatura especificada pelo fabricante no rótulo de cada embalagem.

11.1.8. Não serão aceitos materiais suspeitos de alteração, adulteração, fraude ou falsificação com risco comprovado à saúde, respondendo, os responsáveis, por infração prevista na lei federal n. 6.437/77 e crime, previsto no código penal, a ser apurado na forma da lei.



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

11.1.9. Os materiais deverão estar acondicionados em embalagem original da fabricante, com o nome do responsável técnico, lote, data de fabricação e validade estampada em cada embalagem.

11.1.10. Comunicar ao Município de Itambaracá, os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados;

11.1.11. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do produto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

11.1.12. Responder direta e exclusivamente pela execução do contrato de fornecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, transferir a responsabilidade pelo fornecimento do produto a terceiros, sem o expreso consentimento da Secretaria Requisitante.

11.1.13. Arcar com pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, isentando o Município de Itambaracá de quaisquer ônus e responsabilidades.

11.1.14. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2. Constituem obrigações **DO CONTRATANTE**:

11.2.1. Requisitar o objeto, por meio de Solicitação de Fornecimento, conforme as necessidades da Secretaria Requisitante.

11.1.2. Conferir o fornecimento do produto, embora a licitante vencedora seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

11.2.3. Proporcionar condições à licitante vencedora para que possa fornecer o produto dentro das normas estabelecidas.

11.2.4. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento se for o caso.

11.2.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado.

11.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

11.2.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste edital.

11.2.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

11.2.9. Efetuar o pagamento à licitante vencedora por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada do correspondente atestado de entrega, emitido pelo Departamento de Abastecimento, por meio do fiscalizador designado.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Da Fiscalização e Acompanhamento

12.1. Caberá a gestão do contrato à Secretaria Municipal de Saúde, através do Gestor do Contrato a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato e ainda:

I - Propor ao órgão competente, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

II - receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

III - acompanhar o processo licitatório, em todas as suas fases;

IV - manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

V - propor medidas que melhorem a execução do contrato.

12.2. Caberá aos fiscais do contrato, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

I - atestar, em documento hábil, o fornecimento, após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

II - confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

III - verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

IV - comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;

V - acompanhar a execução contratual, informando ao gestor do contrato as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do fornecimento;

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

12.5. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

12.6. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura do contrato, deverá indicar preposto, **aceito** pelo fiscal deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

12.7.. Ao preposto da CONTRATADA competirá, entre outras atribuições:

a) representar os interesses da CONTRATADA perante o CONTRATANTE;

b) realizar os procedimentos administrativos junto ao CONTRATANTE;

c) manter o CONTRATANTE informado sobre a qualidade dos produtos fornecidos;

d) comunicar eventuais irregularidades de caráter urgente, por escrito, ao fiscal do contrato com os esclarecimentos julgados necessários.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Da Publicação

13.1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, será publicado o extrato do instrumento da Ata de Registro de Preços (Ata SRP) no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

13.2. A Ata de Registro de Preços será publicada no Sítio da Prefeitura Municipal – www.itambaraca.pr.gov.br, sendo republicada trimestralmente conforme determina a Lei nº 8.666/93, no Art. 15§2º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Legislação Aplicável

14.1. O presente instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, suas alterações e legislação correlata e pelos preceitos de direito público, aplicando-se *lhes* supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Disposições Gerais

15.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos e materiais objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº xxx/2017.

15.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme Artigo 12, § 1º do Decreto Federal nº 7.892/13;

15.2. Em caso de celebração de *contratos*, a licitante estará obrigada a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados, em função do direito de acréscimo de até 25%(vinte e cinco por cento) de que trata o § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

15.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Itambaracá/Pr.

15.3. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Itambaracá/Pr não será obrigado à aquisição/contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

15.4. Poderá a Administração, mesmo comprovada a ocorrência mencionada no parágrafo anterior, optar por cancelar a Ata e providenciá-lo em outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Do Foro

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Andirá - Pr, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

Itambaracá, 22 de dezembro de 2017

Contratante: _____
Carlos Cesar de Carvalho
Município de Itambaracá

Contratada: _____
Joice Bertoldo
Pontamed Farmacêutica Ltda.

Daiana Alves de Lima Ramos
Adv.º/OAB/PR:54015

TESTEMUNHAS: _____
Nome: Vanessa Ferreira Gonçalves
CPF: 840.017.710-04

Nome: Larissa Santos Gomes
CPF: 066.328.309-43